

VOAR MAIS ALTO



Ó bendita paisagem!
Ó sagrada montanha, que eu adoro!...
Alta e santa montanha onnipotente!...
Ó montanha num êxtase divino
Sob o fantasma universal de Deus!...
Santa montanha azul da minha infância
Amo-te, desde a fonte piedosa
Que dos seus flancos mana, duma casta
E fresca transparência religiosa...
Amo-te mais por tudo que não sei
Dizer, quando te vejo!...
E o homem, criatura e criador,
Ouviu a voz de Deus que lhe falou:
- Na tua consciência, em puro amor,
Existirei por toda a eternidade!

Teixeira de Pascoaes



Mosaicos de Conimbriga

EDITORIAL

MUSEU NACIONAL SOARES DOS REIS

O Património Natural e Cultural foi o tema escolhido para estudo e reflexão no presente ano lectivo. É com prazer que a Direcção da Universidade se associa ao seu tratamento.

Integrando o Património Cultural da cidade do Porto e nele ocupando, a vários títulos, lugar de relevo, surge o Museu Nacional Soares dos Reis. Encontra-se instalado num edifício que é conhecido por Palácio dos Carrancas.

A sua construção começou no ano de 1797, tendo sido projectada por Joaquim Lima Sampaio.

Destinou-se não só a habitação mas também à instalação, nas trazeiras do edifício, da fábrica de galões de ouro e seda dos Morais e Castro.

Não é conhecida a origem da sua designação como Palácio dos Carrancas. Segundo alguns autores, esta designação advém dos Morais e Castro terem residido na rua do Carranca ou dos Carrancas (actual rua Alberto Aires de Gouveia). Na opinião de outros, deriva da alcunha atribuída a Luís de Almeida Morais e teria passado para os restantes membros da família.

O general Soult ocupou este edifício durante a segunda invasão francesa, em 1809. Teve, porém, de abandonar precipitadamente para não ser capturado pelas tropas anglo-lusas.

D. Pedro IV instalou-se lá durante a guerra civil (Cerco do Porto - 1832/1834). Mas, por ser muito vulnerável aos bombardeamentos que eram feitos pelas tropas de D. Miguel, do lado de Gaia, mudou-se para a rua de Cedofeita.

Em 1861, foi comprado por D. Pedro V, para servir de alojamento aos Reis de Portugal nas suas visitas ao Norte.

D. Carlos autorizou o Real Velo Clube a construir um velódromo nos quintais do seu Paço, espaço inaugurado em 29 de Junho de 1894, com o nome de Velódromo Rainha D. Amélia. Hoje ainda podem ser vistos, nas trazeiras do palácio, alguns vestígios desta construção.

D. Manuel II, no seu testamento, datado de 1915, doou-o à Misericórdia do Porto, para que nele fosse instalado um hospital, o que nunca se concretizou.

O Estado comprou-o à Misericórdia em 1940, para nele instalar o Museu Soares dos Reis, que abriu ao público em 1942, e onde foi guardado o acervo do insigne escultor que lhe deu o nome, bem como muitas obras de arte, adquiridas para o seu recheio, salientando-se as colecções de pintura de Silva Porto, Marques de Oliveira, Aurélia de Sousa e António Carneiro.

Em 1992, sofreu uma profunda remodelação e expansão, com projecto do arquitecto Fernando Távora, obra concluída em 2001.

Actualmente, para além de se poderem apreciar inúmeras obras de arte, também se podem gozar momentos de lazer na cafetaria e assistir a conferências e outros eventos organizados pelo Museu.

A Direcção



Museu Nacional Soares dos Reis

De *Al-Bash* à Eurocidade de Elvas-Badajoz Um caso exemplar de valorização do Património Mundial da UNESCO

Topónimo arabizado de uma designação anterior existente – Al-Bash – perdeu o seu significado na bruma dos tempos. Todavia, ficou na memória das populações locais associado ao espaço por elas habitado e pelos povos que na região se estabeleceram. Nesse ambiente acabou por se expandir e afirmar a cidade que fez derivar daí a atual designação de Elvas.

Fazendo jus aos povos que por ali passaram e deixaram o seu legado, uns continuando a sua *peregrinatio* para outras bandas, outros permanecendo – lusitanos, celtas, romanos, visigodos, árabes –, logo dela fizeram a cidade-fortaleza, a “Rainha da Fronteira”, como mais tarde se notabilizaria.

D. Afonso Henriques conquista-a aos mouros em 1166. Perdida de seguida, voltou às mãos da Cristandade pela mão de Sancho II em 1229. Com foral concedido pelo primeiro rei, depois confirmado por Sancho II, alcançou um novo por iniciativa de D. Manuel I, em 1513, que elevou a vila à condição de cidade.



Muralhas de Elvas

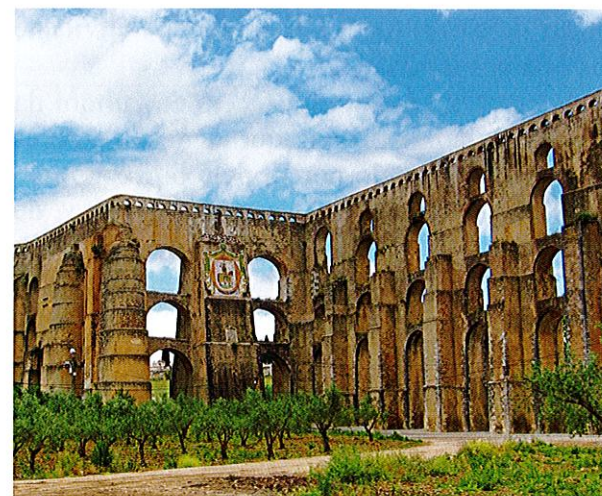
Adquire particular importância na Guerra da Restauração, sobretudo em janeiro de 1659, quando as muralhas da cidade, reforçadas pelos Fortins de Santa Luzia e da Graça, na batalha das Linhas de Elvas revelam o seu potencial defensivo e determinam o desfecho definitivo do conflito. Não admira por isso que a arquitetura militar posteriormente, entre os séculos XVII e XIX, tenha feito da cidade de Elvas o maior sistema de fortificações abaluartadas do mundo, em que além das cercas medievais, se contam os já mencionados muros, **os fortes da Graça e de Santa Luzia, os fortins de São Domingos ou**

da Piedade, São Pedro e São Mamede, os antigos edifícios dos quartéis e casernas, o Hospital Militar, o Aqueduto da Amoreira, o paiol da Conceição e o de Santa Bárbara, os edifícios militares do Conselho de Guerra, o do Assento de Guerra, a Casa das Barcas, e ainda os castelos de Barbacena e Fontalva. Algumas das fortificações desenhadas pelo padre jesuíta neerlandês João Piscásio seguem a traça do modelo mais acabado da escola militar holandesa. Perante a riqueza do conjunto histórico-cultural da arquitetura militar ali existente, não admira que, a 30 de junho de 2012, a UNESCO a tenha reconhecido como Património Mundial da Humanidade.

Porém, projetando-se no futuro, logo no ano seguinte, a 16 de setembro de 2013, Elvas e Badajoz assinam um protocolo de união, remetendo para o passado o longo período de conflitos armados, de modo a unirem-se e converterem-se na Eurocidade de Elvas-Badajoz.

Procurando enfrentar os problemas sofridos com o fator da interioridade e a consequente gradual e lenta privação da população, já que a cidade contava no último censo com 16 640 habitantes e o seu perímetro urbano não superar os 18 000, já para não referir que o seu concelho com uma área de 631,29 km² e contar com sete freguesias não ultrapassa os 23 078 habitantes, associando-se ao grande centro urbano de Badajoz, ambas as urbes passam a contar com uma população de 210 487 residentes. Por outro lado, dessa união torna-se possível uma cooperação conjunta ao nível da produção cultural, económica e turística, rentabilizando os recursos da região e tornando possível atrair mais investimento e desenvolvimento à nova megapólis. Recorde-se, para além do mais e ainda assim, que Elvas consegue ser a maior cidade do distrito, apesar de Portalegre ser a respetiva capital.

Pelo facto, todos os recursos são ali equacionados e avaliados em função da sua importância e potencialidade de rentabilidade. Entre o património arqueológico, são de considerar os monumentos megalíticos e necrópoles, as antas romanas, as vilas romanas da Quinta das Longas e das Amimoas de Cima, em S. Vicente e Ventosa, assim como o respetivo aqueduto, e ainda o conjunto de ermidas da região. Da riqueza arquitetónica do edificado de



Aqueduto da Amoreira

âmbito civil, numerosas são as fontes e chafarizes, na maioria em mármore da zona, a cisterna, pelourinho, pontes, arcos, portas, padrões, chaminés típicas, bem como abundantes palácios de habitação das classes mais abastadas. Entre o património construído de feição religiosa, a Sé ou Igreja de Nossa Senhora da Assunção representa o eixo mais importante desta esfera, que encontra reflexo magistralmente recriado em obras como *O Hissope*, de António Dinis da Cruz e Silva, de 1768. À sua volta gravita um universo que tem como cenário o Paço Episcopal, os conventos de S. Domingos, de S. Francisco, de S. João de Deus, de S. Paulo, de Santa Clara, cerca de duas dezenas de igrejas de maior ou menor dimensão, de maior ou menor importância, o Colégio Jesuíta, o Santuário do Senhor Jesus da Piedade, os Passos da Via Sacra ou a Quinta de S. João em S. Vicente e Ventosa. Da comunidade judaica, enumera-se a Sinagoga e a Casa da História Judaica.

A disponibilização à população e ao visitante do rico património da cidade e da região é feito através da Casa da Cultura e do Centro Interpretativo, enquanto os variados museus exibem ricos conteúdos de natureza militar (Museu Militar do Forte de Santa Luzia; Museu Nacional do Exército, antigo RI8; Museu da Guerra Peninsular/Guerra da Independência; Forte da Graça); de arte sacra (Museu Diocesano de Arte Sacra; Museu do Santuário da Piedade); de índole histórica e etnográfica (Arquivo Histórico Municipal; Museu de Arqueologia e Etnografia; Museu Rural e Etnográfico de Vila Fernando; Museu do Curtidor na Terragem); ou artística (Museu Municipal de Fotografia João

Carpinteiro e Museu de Arte Contemporânea, mais conhecido por MACE). Este último, inaugurado a 6 de julho de 2007, encontra-se instalado no edifício do antigo Hospital da Misericórdia, em tempos mais próximos conhecido como o Hospital Distrital de Elvas, que sofreu obras de reabilitação para proporcionar as devidas condições de acolhimento a obras do acervo da coleção de António Cachola reunidas de 1949 à atualidade, assim como ao visitante. Do último piso do imóvel desfruta-se um magnífico panorama sobre a cidade e arredores. Múltiplos são mesmo os artistas ali representados: José Pedro Croft, Rui Sanches, Pedro Calapez, José Loureiro, Pedro Casqueiro, Ângela Ferreira, Noé Sendas, Joana Vasconcelos, João Pedro Vale, Sofia Areal, entre outros. Porventura a obra mais afamada e internacionalmente conhecida é “A Noiva”, de Joana Vasconcelos, que, como é do conhecimento geral, consiste num gigantesco candeeiro tipo lustre de cerca de 6 metros de altura e 3 de largura todo ele feito com tampões, criando o efeito de pequenas lâmpadas.



Museu Militar

No contexto de âmbito literário e artístico, a Biblioteca Municipal Pública Hortênsia de Elvas encerra igualmente verdadeiros tesouros. Porventura o mais conhecido é o ms 11793 (P-Em 11793), do século XVI – o *Cancioneiro de Elvas* – que contém poemas e as respetivas notações musicais da época renascentista e constitui uma fonte de rara qualidade da música profana na Península, já que apresenta composições em castelhano e português. A sua importância deve-se ao facto de ser apenas um dos quatro cancionários da época existentes em

Portugal, juntamente com o de Lisboa, o de Belém e o do Paris. Redigido entre 1555 e 1570, consta de cem fólios e foi descoberto em 1928, muito embora apenas publicado em 1940. Divide-se em duas grandes secções: a primeira ostenta 65 composições musicais, apesar de alguns dos referidos fólios se terem perdido; a segunda secção inclui 36 poemas, sem a notação musical. O primeiro conjunto de obras são de música polifónica a três vozes em castelhano e português, sem indicação de autoria, muito embora a partir da comparação com outros cancioneiros ibéricos se tivesse determinado a autoria de oito delas, atribuídas a Juan del Encina, Pedro de Escobar e Pedro de Pastrana. Agrupam-se em quatro coleções de diferentes períodos do século XVI e, das 65, apenas 16 são em língua lusa, agrupadas em duas subsecções. Os poemas distribuem-se por géneros diversificados – 15 romances, 7 glosas, 14 vilancicos e cantigas – e apenas três são em português. Identificaram-se por comparação com outras coletâneas outros tantos autores, como Juan del Encina, Garci Sánchez de Badajoz, D. Manuel de Portugal, Pêro Andrade de Caminha e o Comendador Escrivá.

Tal testemunho atesta a rica tradição musical que se desenvolveu na cidade em séculos passados e que, decerto, foi alimentada pela presença secular da sede episcopal. Se o ritual litúrgico favoreceu essa cultura musical de carácter religioso e, conseqüentemente, na esfera profana, num plano mais popular, as cerimónias religiosas vieram animar toadas em momentos celebrativos do calendário litúrgico, como os cantares ao Menino Jesus pelo Natal, acompanhados pelas tradicionais roncas (instrumento do tipo membranofone de fricção constituído por uma estrutura cilíndrica com uma pele esticada numa das aberturas. É percutido por uma cana fixada no centro da membrana. O executante, com a mão molhada, fricciona a cana fazendo vibrar a pele e, deste modo, permitindo a produção dum ronco).

Numa pequena cidade de interior, essas celebrações descaíam com frequência para uma formalidade excessiva, permitindo que se caísse na caricatura, cujo expoente máximo é o quadro social que António Dinis da Cruz e Silva reproduz e reconstitui n’*O Hissope*, acima referido.

Associadas ao artesanato local, além das roncas, as rendas, bijutarias, bordados, brinquedos de criança e peças em madeira, mobílias regionais, mármore e cantarias ou as

louças de barro, tudo isso alimenta a atividade das oficinas locais.

A gastronomia é outra faceta da cultura da cidade e região envolvente, que recruta os sabores proporcionados pelo porco, pelo borrego, pelo bacalhau, no ensopado, gaspacho e pratos de caça, nas sopas de pão e coentros, nas azeitonas ou nas apreciadas migas. E, evidentemente, a sobremesa não dispensa o sericá acompanhado pelas famosas ameixas de Elvas.

Por conseguinte, se o legado arquitetónico de feição militar só por si justificou a classificação da cidade como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, muitas outras razões mais poderiam ser aduzidas para esse reconhecimento, como se procurou evidenciar.

Manuel Ferro
Professor da Universidade de Coimbra - CIEC
(Este texto segue o acordo ortográfico)

O Hissope

Era uma vez, um ilustre Deão
que, para obsequiar o seu bispo,
lhe oferecia, em mão, o hissope
sempre que, na Sé, havia celebração.

Depois... (sabe-se lá porquê...)
o Deão abandonou o seu ritual
e já não entregava o hissope,
mesmo quando havia cerimonial.

O bispo, por sua vez,
ficou melindrado
e tudo fez
para que o Deão
voltasse a obsequiar o Prelado.

Neste conflito,
a coroa deu o seu parecer
e o mais inaudito
é que o bispo saía a perder!

Maria Helena Gomes

Elvas - a chave do Reino

Cidade-quartel,
cidade-fortaleza,
em suas torres, ameias e muralhas,
gentes, sempre vigilantes,
prepararam a defesa.

Cidade-militar,
cidade-fortaleza,
em seus castelos, baluartes e fortins,
gentes, sempre vigilantes,
garantiram a defesa.

Maria Helena Gomes

Mosteiro de Santa Maria de Arouca

Mais uma vez, volto a falar-vos das minhas raízes e não o faço sem uma certa emoção, devo confessá-lo.

A minha primeira viagem que fiz a Arouca foi a que realizei, para tirar o Bilhete de Identidade – necessário para o exame da 4ª classe e de admissão aos liceus – na companhia de uma senhora de Alvarenga, que todos ainda recordam, que fazia aquele percurso sempre que era necessário resolver os problemas das pessoas da freguesia, quer fosse na Câmara Municipal, no Tribunal e seus serviços, no Registo Predial e Civil, ou no Cartório Notarial. Aligeirava assim, na “vila”, as dificuldades que poderiam surgir a todos, pois os funcionários destas instituições conheciam a Senhora Arminda da Travessa de Alvarenga e respeitavam-na, ajudando-a a resolver todas as burocracias de que sabiam ser encarregada. Em épocas anteriores, com notável gratuidade, ficou na memória a figura de Emília do Silva, minha tia-avó, solteira, afoita e muito considerada por todos, que se punha a caminho de Arouca, no trajecto de 20kms, para muitas vezes acudir a doentes que necessitavam de medicamentos, com urgência.

Percorri com as crianças da minha idade, mais de 10 kms a pé, pois a estrada que ligava Alvarenga a Arouca – que distam uma da outra 20 Kms – existia apenas a partir do actual entroncamento sobre o lugar de Canelas. Só anos mais tarde se rompeu, com curvas e contracurvas pelos montes que desciam até ao Paiva e subiam desde a ponte histórica deste rio, até Alvarenga, nas faldas do Montemuro. Atravessei, então, a pé, os locais dos famosos Passadiços do Paiva que vêem agora erguer-se a maior ponte pedonal da Europa, em vidro, a unir as duas margens, num local que apresenta o deslumbrante cenário paisagístico, de belo-horrível, o desfiladeiro das Aguieiras.

Ouvia, na minha infância, falar de Arouca, da Rainha Santa Mafalda, das Festas das Colheitas e de São Bartolomeu, onde já os meus avós iam a cavalo – e lembro as histórias que contavam da viagem e das peripécias ocorridas na noitada e nos dias festivos – e sentia um certo fascínio por essa terra desconhecida, a que Alvarenga estava ligada. Mas não por transportes fáceis! Esses existiam para o Porto, onde uma carreira diária de manhã e à noite passava à minha porta. Transporte de carro ou de camioneta de

Alvarenga para Arouca, só fazendo o grande desvio por Castelo de Paiva.

Ouvia, no entanto, trautear uma canção, “Alvarenga de Arouca, mais formosa freguesia...”. E mais nada do que isto!

No espírito das crianças, o que faz o isolamento, no interior de um país, sem rede de comunicações... Pertencia ao concelho de Arouca, apesar disso: o próprio bilhete de identidade o reafirmava agora!

Lembro ainda o deslumbramento que foi para mim olhar o mosteiro de Arouca, que se estendia ao longo da via principal, na sua grandeza. Não foi ainda nesta minha primeira viagem que o pude conhecer e admirar! No entanto, a curiosidade de saber a sua história, onde viveu e estava sepultada a Rainha Santa Mafalda, não deixou de me fascinar.



Mosteiro de Arouca

Uma visita guiada ao mosteiro de Santa Maria de Arouca não chega para entendermos, na sua plenitude, a sua vida, desde o período altomedieval, e compreendermos, numa dialéctica interrelacional, o espaço físico e humano que coexistem e se interpenetram, estruturados em três vectores: uma terra, um mosteiro, uma santa, a lembrar o estudo de Helena da Cruz Coelho, sob o título (*Arouca. Uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, 1989) e sobretudo a primeira obra de fôlego desta autora, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, 1988 (1ª ed. 1977).

Fundado no século X, o mosteiro de Arouca nasce e cresce por vontade da nobreza condal que reforça a sua autoridade senhorial com o apoio do clero, ou melhor, do prestígio e ascendência do sagrado, afirmando-se como autoridade senhorial laica e eclesial.

Neste século X, o pequeno cenóbio de Arouca, masculino, tinha um número reduzido de monges que não chegaria a uma dezena. Colocavam-se